
EDITORIAL

Editores, pareceristas e a comunidade científica

Uma das possibilidades de entender a pesquisa científica é considerá-la como um processo de formação de conhecimento. Neste sentido, sua qualidade tem relação direta com a velocidade do acúmulo dos conhecimentos. Em verdade, pesquisa é um processo contínuo e compartilhado. Todo pesquisador necessita do repositório pregresso para construir sua própria contribuição a esse repositório. Como bem disse Eco (1982), pesquisar é descobrir algo que ainda não foi dito. Mas para esta descoberta do novo o velho é essencial. E a qualidade do que foi dito pode auxiliar em muito a qualidade do novo a ser dito.

Os periódicos científicos, impressos ou eletrônicos, servem como elemento crucial em etapas desse processo, sendo, certamente, sua principal função, a de divulgar e disponibilizar o conhecimento acumulado, sem o qual, como dito, haveria falha na formação do novo conhecimento. Os sistemas de controle de qualidade, por certo, são fundamentais para que esses periódicos possam assumir este papel formal de maneira efetiva. A revisão por pares, até o momento, surge como o método mais humano e aceitável para este controle de qualidade, ainda que seja método sujeito a vieses muitas vezes incontornáveis. Mas, esse sistema parece ainda distante de ser substituído, como bem afirma Marziale (2001).

Não apenas a quantidade, mas a qualidade da produção científica nacional tem crescido nas últimas décadas (DEHEINZELIN e CARAMELLI, 2007; BICAS et AL., 2008). Se este expressivo repositório participa como conhecimento acumulado para o desenvolvimento da ciência do hemisfério norte, já é outra questão. Nesta questão, a qualidade da produção aparece como uma questão relevante, mas não se trata de fator único. Há outras questões menos nobres envolvidas nesta equação complexa.

Sem dúvidas, entre os fatores negativos para a qualidade dos

periódicos nacionais, como citam Ferreira e Krzyzanowski (2003), deve-se considerar as irregularidades na periodicidade de publicação e distribuição das revistas, a falta de normalização dos artigos, os problemas ligados à avaliação de conteúdo, tais como corpo editorial idôneo e processo de “peer review” inadequado e o baixo grau de originalidade e novidade dos artigos científicos veiculados. Entretanto, estes desvios têm sido progressivamente corrigidos, tanto pelo reconhecimento e interesse de um plêiade de editores cômicos de seu papel regulador e reparador neste mister, como pela iniciativa de agências de fomento em apresentar requisitos para pontuação de produção científica em bases de indicadores bibliométricos intrínsecos e extrínsecos aos periódicos.

De qualquer forma, acima destes aspectos relevantes, encontram-se as bases de dados - valiosos instrumentos para a identificação focal de assuntos dentro do que antes referíamos como o repositório de acumulado de conhecimentos. As bases de dados, independentes de seu desenho tecnológico, pairam acima das questões antes discutidas. Elas são, por excelência, a democratização dos esforços dos editores. É nelas que eles se igualam e, por fim, o critério maior de qualidade será exercido – o do leitor.

De fato, se o editor tem o papel de harmonizar as relações dos pareceristas com o autor no processo editorial, cabe ao editor, também, a grandeza de visão em entender que o leitor cientista é o juiz final da produção científica – não o editor e muito menos o parecerista com seus inúmeros vieses. Certamente, cabe ao editor o primeiro escrutínio, junto a seus pares do conselho editorial (Birman, 2003). Cabe a ele também o cuidado com o cumprimento de diferentes critérios de normalização e normatização dos artigos, o que, por si só, é um crivo inicial relevante para a seleção com vistas à qualidade científica do que será publicado para abrangência do tema. Nesta linha, a revisão por pares é a seqüência lógica e necessária para uma condução ascendente de qualidade no processo editorial. Quantos revisores? Dois no mínimo? Três é o número ideal. Por fim, cabe ao editor esta fina capacidade de análise para um pré-julgamento que permitira entregar o produto científico àqueles que realmente podem e devem atuar como pareceristas finais do processo – a comunidade científica.

VIRMOND, Marcos da Cunha Lopes. Editorial. *Salusvita*, Bauru, v. 26, n.1, p. 5-7, 2007.

VIRMOND, Marcos
da Cunha Lopes.
Editorial. *Salusvita*,
Bauru,
v. 26, n. 1, p. 5-7,
2007.

REFERÊNCIAS

- ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- FERREIRA, M. C. G., Krzyzanowski R, F. Periódicos científicos: critérios de qualidade *Pesqui Odontol Brás*. 2003;17(Supl 1):43-8.
- MARZIALE, M. H. P. O Processo de revisão de manuscritos e a melhoria da qualidade das publicações. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 5, 2001.
- DEHEINZELIN, Daniel; CARAMELLI, Bruno. Produção científica, pós-graduação e a Ramb. *Rev. Assoc. Med. Bras.*, São Paulo, v. 53, n. 6, 2007.
- BICAS, H.E.A, DANTAS, P.E.C, CAMPOS, M, MUCCIOLI,C. MORAL, C. Sobre a Editoração Científica no Brasil e seu Crescimento *Arq Bras Oftalmol*. 2008;71(3):309.
- BIRMAN, Esther Goldenberg. O assessor: personagem central na publicação científica. *Pesqui. Odontol. Bras.*, São Paulo, v. 17, n. 4, 2003.

